

Psicologia Social ou Psicologia das Associações? A perspectiva latouriana de sociedade

Mariana Prioli Cordeiro

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

No presente artigo, buscamos discutir como a noção de social é concebida pela Teoria Ator-Rede (TAR), bem como as possíveis contribuições desta concepção para a psicologia social. Para a TAR, ao invés de tomarmos o social como um domínio ou como o tipo de material que compõe determinados fenômenos, devemos questionar o projeto de dar uma “explicação social” a algum estado de coisas e resgatar o significado original do termo – que, etimologicamente, está mais próximo de associações do que de vínculos sociais. Pensar uma psicologia social que parta dessa perspectiva implica pensar em uma psicologia que considera que os não-humanos têm agência e produzem efeitos no mundo, modificando nossas ações e nossos processos de atribuição de sentido.

Palavras-chave: Psicologia Social; Teoria Ator-Rede; social.

ABSTRACT

Social Psychology or Psychology of Associations? The latourian perspective on society

In this essay, we aimed to discuss how the social is defined by the Actor-Network Theory (ANT) and its possible contributions to social psychology. According to ANT, instead of considering the social a place or a kind of material that constitute certain phenomena, we should question the project of giving “social explanations” and rescue this term’s original meaning – etymologically, it’s closer to associations than to social bounds. A social psychology that follows this perspective considers that the non-humans have agency and product effects on the world, modifying our actions and our processes of sense attribution.

Keywords: Social Psychology; Actor-Network Theory; social.

RESUMEN

¿Psicología Social o Psicología de las Asociaciones? La perspectiva latouriana de sociedad

En este artículo, objetivamos discutir cómo la noción de social está concebida por la Teoría del Actor-Red (TAR), así como las posibles contribuciones de esa concepción para la psicología social. Según la TAR, no debemos considerar el social como un dominio o como una especie de material que compone determinados fenómenos, pero debemos cuestionar el intento de dar una “explicación social” a un estado de cosas y rescatar el significado original de la palabra – que, etimológicamente, está más cerca de asociaciones que de vínculos sociales. Pensar una psicología social apoyada en esa perspectiva implica pensar una psicología que considera que los no-humanos tienen agencia y producen efectos en el mundo, cambiando nuestras acciones y nuestros procesos de atribución de sentido.

Palabras clave: Psicología Social; Teoría del Actor-Red; social.

INTRODUÇÃO

O social tem sido objeto de estudo de diversas correntes das ciências humanas. Entretanto, muitas vezes, essa noção é usada para dar sentido a coisas e a fenômenos bastante diferentes: ela refere-se a um estado estável de coisas, a um conjunto de vínculos capaz de explicar um determinado fenômeno, ou

ainda, ao tipo de material do qual esse fenômeno é composto.

Algumas correntes da Psicologia, como as comportamentalistas, definem o social como um conjunto de estímulos objetivos. De acordo com González Rey (2004), para essas correntes, o social estaria mais próximo a um tipo de ambientalismo do que a uma definição de cultura propriamente dita, uma vez que

elas não consideram a dimensão simbólica e cultural do social, concentram-se nos indivíduos como seres naturais e vêem a realidade como um conjunto de eventos e estímulos objetivos.

Já na Psicanálise freudiana, o social adquire relevância psíquica a partir de um processo básico de expressão libidinosa. Ou seja, na obra de Freud, “(...) o social se manifesta através de sua influência sobre a psique, basicamente em nível micro, no sistema familiar, tomando forma diante da expressão de tendências pulsionais da criança com relação à mãe” (González Rey, 2004, p. 16). É importante ressaltarmos que, nesta teoria, as relações entre pais e filhos não constituem um espaço social qualitativamente diferenciado, e sim um padrão universal previamente definido pela natureza pulsional da criança.

A Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, por sua vez, compreende o social como parte constituinte da psique humana, sendo que esse processo de constituição se dá de forma dialética. Ou seja, para essa perspectiva, a psique é configurada socialmente e, ao mesmo tempo, constitui o social (González Rey, 2004).

Essas são apenas algumas das diversas concepções que o social assume na psicologia e que nos remetem à questão: “O que é ‘social’ para a psicologia social?”. Silva (2005) afirma que se um psicólogo social resolvesse fazer essa pergunta a seus pares, “(...) ficaria surpreso não apenas pelo número de respostas diferentes a essa questão, mas, sobretudo, por uma reação de espanto face a uma pergunta tão ingênua” (p. 13). Talvez seus colegas tentassem mostrar-lhe a ingenuidade de tal questão dizendo que o social está em toda a parte (já que ouvimos essa palavra quando lemos o jornal, quando vemos televisão, quando conversamos com amigos etc.) e que basta ter um pouco de bom senso para concluir que todo mundo sabe o que é social. Entretanto, de acordo com a autora,

(...) o fato de trabalharmos no social nos impede muitas vezes de saber sobre o que exatamente nós trabalhamos, e que, por essa razão, especificar a que estamos nos referindo quando empregamos o termo “social” para caracterizar o terreno no qual se organiza nossa prática, pode nos ajudar a sair de vários impasses que resultam de uma compreensão ingênua a esse respeito (Silva, 2005, p. 13).

Neste artigo, não buscamos dar uma definição completa e final de social. Ao contrário, buscamos mostrar que esse termo é polissêmico, sendo que suas diferentes definições têm importantes implicações em nossas práticas profissionais e acadêmicas. Além disso, buscamos mostrar que, diferentemente do que fazem várias correntes da psicologia social, a sociedade não

precisa ser pensada como um lugar, como um tipo de material ou como uma força capaz de determinar nossas ações. Ela pode também ser pensada como um conjunto de associações. Para embasar essa discussão, recorreremos às reflexões propostas pela Teoria Ator-Rede (TAR) – em especial, as de Bruno Latour – sobre o tema. A despeito de esse autor propor uma nova forma de pensar a sociologia, acreditamos que suas reflexões são bastante úteis também para pensar a psicologia social, como veremos adiante.

A fim de realizar essa discussão, inicialmente (tópico 1), apresentamos alguns dos conceitos e pressupostos que embasam a TAR para, em seguida (tópico 2), discutirmos em que medida a sociologia que ela propõe se aproxima ou se distancia das correntes tradicionais dos estudos sociais, buscando aproximar as reflexões de Latour às questões específicas da psicologia social.

1 UMA BREVE INTRODUÇÃO À TEORIA ATOR-REDE

A TAR começou a ser pensada a partir de pesquisas realizadas no campo dos Estudos da Ciência e Tecnologia e, desde o início da década de 1980, vem trabalhando para atender ao princípio de simetria generalizada¹ instaurado pela Antropologia das Ciências. Este princípio propõe que todas as coisas e fenômenos sejam tratados sob os mesmos termos, o que implica a utilização de um estilo de descrição que não se baseia em dualismos como verdadeiro-falso, humano-não humano, sujeito-objeto, micro-macro etc. No entanto, é importante ressaltarmos que, ao problematizar essas dicotomias, os autores da TAR não afirmam que não existem divisões entre materialidades e pessoalidades, entre o natural e o social ou entre verdade e falsidade; mas que essas divisões e distinções são efeitos, ou seja, são resultados de uma série de associações entre atores heterogêneos.

Assim, ao assumir o princípio da simetria generalizada, os autores da TAR acabam problematizando também a concepção de realidade defendida pelas correntes tradicionais da sociologia. Diferentemente do que ocorre nestas últimas, na TAR, a “realidade” não é um fato externo, objetivo e sujeito à interpretação cultural da ciência, mas é algo construído e reconstruído ativamente – sendo que, para descrever como ocorre este processo de construção e reconstrução, é preciso focar na heterogeneidade material de redes de atores humanos e não-humanos e descrevê-la a partir de uma ontologia relacional. Desse modo, nessa abordagem, só podemos falar do “real” ao nos referirmos a

(...) uma multiplicidade de materiais heterogêneos conectados em forma de uma rede que tem múltiplas entradas, está sempre em movimento e aberta a novos elementos que podem se associar de forma inédita e inesperada. Todos os fenômenos são efeitos dessas redes que mesclam simetricamente pessoas e objetos, dados da natureza e dados da sociedade, oferecendo-lhes igual tratamento (Melo, 2007, p. 170).

Podemos dizer, então, que a concepção de rede proposta pela TAR difere dos usos mais comuns do termo, tal como os propostos pela Análise de Redes Sociais (ARS) e pelo modelo de redes tecnológicas. A principal divergência com os analistas de redes sociais refere-se ao fato de que, segundo Latour (1997), esses pesquisadores preocupam-se em estudar as relações sociais (frequência, homogeneidade, distribuição e proximidade) existentes entre atores humanos individuais. Os analistas da TAR, por outro lado, consideram que uma rede (ou ator-rede) é composta também por atores não-humanos e não-individuais. Além disso, enquanto os primeiros utilizam a noção de rede social para acrescentar informações sobre as relações estabelecidas entre humanos em um mundo social e natural – que é mantido intocado pelos analistas –, a TAR problematiza as noções de sociedade e natureza. Desta forma, ela não almeja adicionar as redes sociais à teoria social, “(...) mas reconstruir a teoria social a partir das redes. É tanto uma ontologia ou uma metafísica quanto uma sociologia (...) Redes sociais certamente vão ser incluídas na descrição, mas não haverá privilégio nem proeminência (...)” (Latour, 1997, p. 1).

Já a divergência em relação à ideia de redes tecnológicas (como as ferroviárias, as de internet, as de telefone, as de esgoto etc.), reside no fato de que nestas há elementos distantes conectados por radares, trilhos, fios e tubulações, sendo a circulação entre esses elementos (ou “nós”) obrigatória e pré-determinada. Além disso, essa circulação é estabelecida por tecnologias rígidas, que dão a alguns nós um papel central. Segundo Latour (1997), apesar de, em alguns casos, a noção de ator-rede poder assumir esse modelo de rede fixa e estável, é muito mais frequente que ela assuma características completamente diferentes, ou seja, que se refira a algo local, que não possui ligações obrigatórias e que não tem nós estratégicos. Além disso, outra importante diferença entre as duas concepções de redes é que, na tecnológica, a circulação é vista como mero transporte, enquanto que, na latouriana, ela, necessariamente, implica transformação.

E é justamente este processo de transformação e de construção de fatos, sujeitos, objetos e crenças que a TAR busca descrever (Latour, 2008). Isto se dá pois, na concepção latouriana de rede, o que importa não é somente a ideia de associação; importam, sobretudo, os efeitos que essas associações produzem. Sendo assim, podemos dizer que, nessa perspectiva, rede é sinônimo de fabricação, de ação (Tsallis, Ferreira, Moraes e Arendt, 2006).

Nesta concepção de rede como produtora de efeitos, um ator não constitui a fonte de uma ação, mas sim o alvo móvel de uma quantidade enorme de entidades que convergem em sua direção. Nesta perspectiva, ator é tudo aquilo que tem agência e que se define pelos efeitos de suas ações. “Isto significa dizer que um ator não se define pelo que faz, mas pelos efeitos do que faz. E mais, o ator não se confunde com o indivíduo, ele é heterogêneo, díspar, híbrido” (Tsallis et al., 2006, p. 65).

Sendo assim, a palavra ator assume um sentido bastante diferente do que a tradição anglo-saxônica comumente lhe atribui. Segundo Latour (1997), para esta última, um ator é sempre um humano individual – na maioria das vezes, do sexo masculino – que busca adquirir poder por meio de uma rede de aliados. Já para a TAR, um “ator” é uma definição semiótica – um actante – que se refere a algo que age ou que é alvo da ação dos outros. Nas palavras de Arendt (2008), “um ator não *age*, simplesmente, mas é levado a agir, ele é superado por sua ação. Em outros termos, ele não apenas *faz*, a rede o *faz fazer*” (p. 5, grifos do autor).

Essas concepções de ator e rede são fundamentais para compreendermos a sociologia proposta pela TAR, bem como suas divergências em relação às correntes tradicionais dos estudos sociais, tal como veremos no próximo tópico.

2 A CONCEPÇÃO DE SOCIAL PARA A “SOCIOLOGIA DO SOCIAL” E PARA A “SOCIOLOGIA DAS ASSOCIAÇÕES”

Segundo Latour (2008), ao invés de tomarmos o social como um domínio ou como o tipo de material que compõe determinados fenômenos – como faz a sociologia tradicional –, devemos questionar o projeto de dar uma “explicação social” a algum estado de coisas e resgatar o significado original do termo (que, etimologicamente, está mais próximo de associações do que de vínculos sociais), pois, somente assim, podemos resgatar sua capacidade de rastrear conexões. A partir deste questionamento da noção de social, o autor distingue a sociologia tradicional, que ele chama de “sociologia do social”, da proposta pelos estudiosos da TAR, a “sociologia das associações”.

A despeito de apresentar uma proposta bastante diferente, o autor não desconsidera a relevância da sociologia do social. Pelo contrário, afirma que ela é indispensável para a compreensão da maioria das situações, uma vez que oferece uma conveniente taquigrafia para designar fenômenos já aceitos pelo coletivo. Entretanto, em situações em que são incertas as fronteiras dos grupos e em que há uma grande variedade de entidades a considerar, a sociologia do social não é capaz de rastrear as novas associações dos atores.

Neste ponto, a última coisa que se deveria fazer seria limitar de antemão a forma, o tamanho, a heterogeneidade e a combinação de associações. É preciso substituir a conveniente taquigrafia do social pela dolorosa e custosa escrita não-taquigráfica das associações. Em consequência disso, os deveres do cientista social mudam: já não é suficiente limitar aos atores o rol de informantes (...). Há que restituí-los de sua capacidade de criar suas próprias teorias acerca do que compõe o social. A tarefa não é mais impor alguma ordem, limitar a variedade de entidades aceitáveis, ensinar aos atores o que são ou agregar certa reflexividade a sua prática cega. De acordo com uma premissa da TAR, é preciso ‘seguir os próprio atores’, ou seja, tratar de colocar-se em dia com suas inovações frequentemente insensatas, para aprender com elas no que se converteu a existência coletiva na mão de seus atores, que métodos foram adotados para fazer com que tudo se encaixasse, que descrições poderiam definir melhor as novas associações que se viram obrigados a fazer. Se a sociologia do social funciona bem com o que havia sido agregado, não funciona tão bem quando se trata de fazer uma nova recompilação dos participantes no que não é – ainda – uma espécie de domínio social (Latour, 2008, pp. 27-28).

É importante destacarmos que essas duas formas de sociologia não são novas, elas existem desde Gabriel Tarde e Émile Durkheim. O primeiro acusava o segundo de ter abandonado a tarefa de explicar a sociedade, confundindo causa e efeito, substituindo a compreensão do vínculo social por um projeto político que apontava para a engenharia do social. Para Tarde, o social não era um domínio especial da realidade, mas um princípio de conexões, sendo assim, não havia motivo para separar “o social” de outras associações (como os organismos biológicos ou os átomos). Além disso, considerava o social como um fluído circulante que devia adotar novos métodos e não constituir um organismo novo. Apesar de não aceitar todas as

expressões idiossincráticas de Tarde, Latour (2008) afirma que o autor, juntamente com Harold Garfinkel, foi um dos principais predecessores da TAR, afinal,

as duas tradições podem reconciliar-se facilmente, sendo a segunda simplesmente o recomeço da tarefa que a primeira acreditou estar cumprida cedo demais. Os fatores reunidos no passado sob a etiqueta “domínio social” são simplesmente alguns dos elementos a serem reunidos no futuro naquilo que chamarei não uma sociedade mas um *coletivo*. (Latour, 2008, p. 30, grifo do autor)

Assim, a partir dessas duas tradições filosóficas, Latour (2008) propôs pensar uma sociologia das associações (ou a-sociologia) ao invés de uma sociologia do social. Uma das principais divergências entre as duas formas de pensamento reside no fato de esta última considerar que existe um contexto social em que se dão as atividades não-sociais, sendo que este contexto pode ser usado para explicar as causas de fenômenos residuais que outros domínios do saber (tais como a psicologia, o direito, a economia, a linguística etc.) não conseguem explicar completamente; enquanto que a sociologia das associações sustenta que não existe “contexto social” ou “dimensão social”. Além disso, para essa perspectiva, os fenômenos residuais não podem ser explicados por forças sociais. São as agregações sociais que devem ser explicadas pelas associações específicas formadas pela psicologia, economia, linguística, direito etc.

Entretanto, dizer que não existe um contexto não significa dizer que nossas ações sejam totalmente autônomas. Muito pelo contrário, se pensarmos, por exemplo, no caso de um “jovem em conflito com a lei”, poderíamos dizer que muitas das correntes da sociologia e da psicologia social atribuiriam suas infrações ao contexto em que ele está inserido. Ou seja, diriam, por exemplo, que tal jovem cometeu o crime por que vive em uma favela, onde não tem uma estrutura familiar e educacional adequada. Nessa perspectiva, o contexto é dado como algo pronto, inquestionável, como se fosse um domínio da realidade capaz de explicar por que esse jovem age de uma determinada maneira e não de outra. Já para uma sociologia ou para uma psicologia das associações, tal domínio não existiria – afinal, seguindo o princípio da simetria generalizada, não devemos tratar de formas distintas “a natureza” e “a sociedade”, o “texto” e o “contexto”. Entretanto, existiriam atores que nos fariam fazer coisas: o olho roxo da mãe, a escola, a rua, os amigos, a fome, as drogas, o tênis Nike de R\$500 e o traficante seriam considerados como parte da rede de relações desse jovem, ou seja, como materialidades e personalidades

que afetariam o jovem ao mesmo tempo em que seriam afetadas por ele.

É importante ressaltarmos que afetar não significa causar ou controlar totalmente uma ação, pois, segundo Latour (2008), existe uma imensa brecha entre a premissa e a consequência. Sendo assim, não devemos fazer confluir todas as forças que se apoderam da ação em algum tipo de agência – como contexto, sociedade, cultura, campo, estrutura etc. – que seria social.

A ação deve seguir sendo uma surpresa, uma mediação, um evento. É por esse motivo que aqui novamente devemos começar, não pela ‘determinação da ação pela sociedade’, ‘as capacidades calculadoras dos indivíduos’ ou ‘o poder do inconsciente’ como faríamos comumente, mas sim pela *subdeterminação da ação*, as incertezas e controvérsias a respeito do que atua quando “nós” atuamos, é claro que não há maneira de dizer se essa fonte de incerteza reside no analista ou no ator (Latour, 2008, p. 72, grifo do autor).

Entretanto, o fato de não sabermos ao certo qual é a origem de uma ação não significa que devemos sair à procura de um impulso social oculto ou um inconsciente que a explique. Pelo contrário, devemos buscar identificar todos os rastros que manifestam as incertezas dos próprios atores a respeito dos “impulsos” que os fazem atuar.

Sendo assim, a sociedade não explica nossas ações. Ela é apenas “(...) um dos muitos elementos de conexão que circulam dentro de canais diminutos” (Latour, 2008, p. 18). Nessa perspectiva, o social não é o cimento da sociedade, mas aquilo que está cimentado, colado, por muitos outros conectores; e o papel do cientista social é o de rastrear essas associações.

Neste significado do adjetivo, o social designa “(...) *um tipo de relação* entre coisas que não são sociais em si mesmas” (Latour, 2008, p. 19, grifo do autor). Sendo assim, uma sociologia ou psicologia das associações partiria do pressuposto de que o termo “social” não designa um domínio da realidade ou algum artigo em particular, mas que, pelo contrário, refere-se a um movimento, um deslocamento, uma transformação. Em outras palavras, partiria do pressuposto de que social é o nome de um tipo de associação momentânea que se caracteriza pela maneira em que reúnem e geram novas formas.

Para melhor explicar as diferenças entre essas duas definições de social, Latour (2008) afirma que, se os sociólogos tradicionais tivessem de organizar um supermercado imaginário, eles colocariam todos os “vínculos sociais” em uma prateleira, enquanto que as

conexões “materiais”, “biológicas”, “psicológicas” e “econômicas” seriam dispostas em outros corredores. Um analista da TAR, por outro lado, não chamaria de social uma estante ou corredor específico, mas sim as várias modificações na organização das mercadorias (sua etiquetagem, seu empacotamento, seus preços etc.), pois essas trocas mínimas permitem que o observador veja que novas combinações estão sendo exploradas e quais caminhos foram tomados.

Além de definir o social como um movimento, uma transformação, a TAR baseia-se em uma definição performativa de agrupamentos sociais. Enquanto que para a sociologia do social os grupos são dotados de certa inércia, já que a regra é a ordem e as exceções são a decomposição, a criação e a mudança, para a TAR, os agrupamentos são mantidos somente quando há esforço de formação de grupo, ou seja, se deixam de fazer e refazer os grupos, eles deixam de existir. Nesse caso, a regra é a atuação e o que deve ser explicado é a exceção, ou seja, qualquer tipo de estabilidade em longo prazo e em escala maior. O que é pano de fundo para uma é foco para outra.

Sendo assim, para uma psicologia que partisse dos pressupostos da TAR, não existiria nenhuma sociedade nem reserva de vínculos, nem frasco de cola que mantivesse grupos unidos. Se, por exemplo, deixássemos de publicar livros e artigos sobre psicologia social e se extinguissemos todos os seus cursos, seus programas de pós-graduação, seus congressos e seminários, essa área do conhecimento deixaria de existir. Ela precisa ser atuada, performada – ou, como diria Annemarie Mol (2002), *enacted* – para que continue existindo.

Além de definir os vínculos sociais de forma ostensiva (ou seja, não performativa), a sociologia do social não considera o ponto de partida da análise como crucial, uma vez que existe um mundo social pré-determinado. Um pesquisador pode destacar as classes ao invés dos indivíduos, as nações ao invés de classes, as trajetórias pessoais ao invés de papéis sociais ou as redes sociais ao invés das organizações e, independentemente do caminho escolhido, chegará ao mesmo lugar. Isso se dá pois esses caminhos são apenas formas arbitrárias de olhar para o mesmo fenômeno. Já para a TAR, nem o social nem a sociedade estão dados *a priori*. É preciso recorrer às mudanças sutis produzidas ao conectar recursos não-sociais. Dessa forma, cada ponto de partida levará a uma análise diferente. Em outras palavras, a primeira escola considera que “a sociedade está sempre ali, colocando todo seu peso em qualquer veículo que possa levá-la; no segundo enfoque, os vínculos sociais têm que ser rastreados *segundo a circulação* de distintos veículos que não podem substituir-se entre si” (Latour, 2008, p. 59, grifo do autor).

Sendo assim, para a TAR, a palavra social não pode substituir coisa alguma e nem é a medida comum de todas as coisas. Ela refere-se somente a um movimento que pode ser apreendido indiretamente quando há uma pequena mudança em uma associação mais antiga que se transforma em uma ligeiramente mais nova ou diferente. O social é, assim, um fluido visível somente quando novas associações são criadas. Ou seja, é como nossos sentidos: se segurarmos um objeto por muito tempo, sem nos mexermos, deixaremos de percebê-lo e de senti-lo. “O mesmo vale para o ‘sentido de social’: se não há associações novas, não há maneira de sentir que se está fazendo algo” (Latour, 2008, p. 228). Para renovar a sensibilidade às relações sociais, não devemos buscar “(...) manter unidos com a maior firmeza possível, o maior tempo possível, elementos que, segundo esse método, estão feitos de uma matéria homogênea” (p. 228) – como fazem os sociólogos do social. Devemos, por outro lado, tratar

(...) de investigar as controvérsias sobre a variedade de elementos heterogêneos que podem estar associados. Em um caso, temos uma ideia aproximada do que está feito o mundo social, está feito ‘de’ ou ‘com’ o social; no outro, devemos sempre começar por *não* saber do que está feito. (Latour, 2008, p. 228, grifo do autor).

Em outras palavras, na primeira perspectiva, o social explica o social; enquanto que na segunda, é preciso detectar as associações que precisam ser constantemente reorganizadas para que se possa reunir novamente um coletivo que se vê ameaçado pela irrelevância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos discutir a noção de social a partir das divergências existentes entre duas formas de ciências sociais: uma que se interessa pelos indivíduos e pelas sociedades e outra que se interessa por aquilo que faz agir. A primeira busca percorrer o espaço que vai dos sujeitos às estruturas sociais; já a segunda busca atravessar espaços que não estão nem no indivíduo, nem na sociedade, mas que estão nas transformações, nos movimentos – sendo que esses movimentos dependem da natureza dos vínculos e da capacidade que lhes atribuímos de fazer ou não existir os sujeitos vinculados. Diante disto, às sociologias voltadas para as liberdades ou determinações, se opõe uma sociologia dos fe(i)tiches², dos meios, das mediações, dos bons e dos maus vínculos (Latour, 2000).

A maior diferença entre os dois programas de pesquisa está no fato de que os primeiros acreditam ter que posicionar-se acerca da questão do indivíduo e da sociedade, enquanto que os segundos curto-circuitam inteiramente essas figuras, demasiadamente generalistas, e que não se vinculam a nada além das especificidades das coisas em si mesmas que sozinhas se tornam fontes de ação (Latour, 2000, p. 5).

Mas qual poderia ser a contribuição desta sociologia “curto-circuitadora” para a psicologia social? Será que poderíamos pensar não em uma psicologia social, mas em uma psicologia das associações? Que psicologia seria esta? Seria, sem dúvida, uma psicologia dos humanos e dos não-humanos. Uma psicologia do analista, do cliente/paciente, do divã, da prateleira, dos livros, do relógio, das lágrimas... Enfim, seria uma psicologia que não busca entender o “homem” inserido em uma sociedade, e sim seguir os processos de fabricação do “homem” e dos objetos. Uma psicologia que considera que os não-humanos têm agência e produzem efeitos no mundo, contribuindo para a modificação de nossas ações, de nossos processos de atribuição de sentido, de nossa cognição. Assim, essa nova proposta não abandonaria por completo a psicologia tradicional, mas a transformaria, permitindo pensá-la em suas possibilidades de aliança com os não-humanos.

Renunciar a psicologia construída até então seria percorrer os caminhos da denúncia crítica. Portanto, (...) é pensar uma psicologia que faz fazer numa singularidade que não pertence somente aos humanos, mas também aos não-humanos. Dessa forma, as dicotomias estariam dando lugar a um tecido inteiriço que produz efeitos, faz emergir os actantes em suas trajetórias inusitadas (Tsallis et al., 2006, p. 83).

REFERÊNCIAS

- Arendt, R. (2008). Considerações sobre os conceitos de recalctância e de plasma e sua relação com o conceito de não domínio na obra de Bruno Latour. [Online]. ESOCITE: Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, 7. Abstract from: ESOCITE 2008 file: NECSO Item: 35867.
- Bloor, D. (1976). *Knowledge and Social Imagery*, (1ª ed., inglês). London: Routledge & Kegan Paul.
- Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In J. Law, *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* (pp. 196-233). London: Routledge.
- González Rey, F. L. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*, (1ª ed., português). Petrópolis: Vozes.

- Latour, B. (2008). *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*, (1ª ed., español). Buenos Aires: Manantial.
- Latour, B. (2002). *Culto moderno dos deuses Fe(i)tiches*, (1ª ed., português). Bauru: Edusc.
- Latour, B. (2000). *Factures/Fractures. De la notion de réseaux à celle d'attachement*. [Online]. Abstract from: Articles file: *Bruno Latour Website* Item: 076.
- Latour, B. (1997). *On actor network theory: a few clarifications*. [Online]. Abstract from: Lists-Archives file: Nettime Item: 1- 9801.
- Melo, M. de F. A. Q. (2008). Mas de onde vem Latour? *Pesquisas e prática psicossociais*, 2, 2, 258-268.
- Mol, A. (2002). *The body multiple: ontology in medical practice*, (1ª ed.). London: Duke University Press.
- Silva, R. N. da. (2005). *A invenção da psicologia social*, (1ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Tsallis, A. C., Ferreira, A. A. L., Moraes, M. O., & Arendt, R. J. (2006). O que nós psicólogos podemos aprender com a teoria ator-rede? *Interações*, 12, 22, 57-86.

Recebido em: 24/05/2010. Aceito em: 15/09/2010.

Notas:

¹ O princípio da simetria foi proposto inicialmente por David Bloor (1976) para ressaltar a importância de o erro e a verdade terem tratamentos semelhantes e serem explicados com os mesmos termos. No entanto, para Michel Callon (1986), apesar de tratar simetricamente o erro e a verdade esse princípio ainda sustentava uma assimetria, uma vez que tratava de forma distinta a natureza e a sociedade – afinal, ele considerava o domínio do social como um recurso explicativo, enquanto que a natureza, a ciência e a tecnologia eram o que deveria ser explicado. A proposta de Callon era que todas as coisas e fenômenos fossem tratados simetricamente.

² Fe(i)tiche é a tradução feita por leitores brasileiros da TAR para o trocadilho “fa(i)tiche”, criado por Latour e usado em diversos textos, principalmente no “Culto Moderno dos Deuses Fe(i)tiches” (Latour, 2002). Esse trocadilho refere-se a algo que é ao mesmo tempo um fato (*fait*) e um fetiche (*fétiche*), ou seja, que é real ao mesmo tempo em que é produzido por nós.

Autora:

Mariana Prioli Cordeiro – Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); mestre e doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Enviar para correspondência:

Mariana Prioli Cordeiro
Rua Dona Antônia de Queirós, 223, apto. 34 – Consolação
CEP 01307-010, São Paulo, SP, Brasil
E-mail: <mpriolicordeiro@hotmail.com>